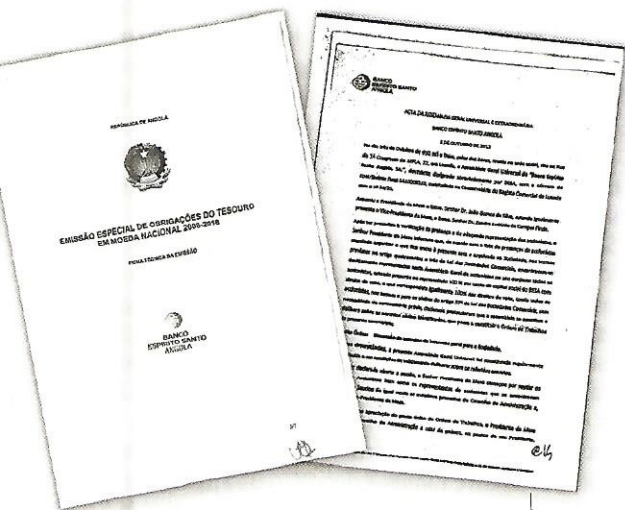




BRUNO SIMÃO

► Durante anos, a vigilância do crime de branqueamento também foi feita assim: assente na palavra e nas regras ditadas pelo BESA. Este banco do BES, que funcionou mais de 12 anos e acabou “nacionalizado” em Outubro de 2014 pelo Presidente José Eduardo dos Santos, é o único tema das cerca de 300 páginas (e mais de 200 anexos documentais) da Auditoria Especial WB2 da consultora Deloitte.

Feita a pedido do Banco de Portugal (BdP) no âmbito do Processo de Contra-ordenação 87/14/CO e concluída em Março de 2015, é a partir dos resultados cruzados desta auditoria com o despacho de acusação do BdP e pelo menos 12 inquirições de altos quadros do BES – documentos a que a SÁBADO teve acesso integral –, que é revelado um cenário de descontrolo geral no BESA. Todos estes dados já foram enviados ao Ministério



## Dívidas sempre a subir

Os milhões que o BES emprestou ao BESA e que não terá recebido

Valores em milhões de dólares

3.379.000

Set. 2010

3.585.000

Set. 2011

4.028.000

Set. 2012

4.670.000

Set. 2013

5.089.000

Set. 2014

Fonte Relatório da R.S. Auditoria Especial, Deloitte Consultores, 12 de Março de 2015

## Angola

O BESA investiu muitos milhões de euros na ex-colónia. E muitos dos créditos foram considerados incobráveis

Público (MP), porque abrem a porta a eventuais responsabilidades criminais de gestão danosa, infidelidade e branqueamento de capitais de administradores do BES, como Ricardo Salgado e Amílcar Morais Pires, que formalmente deveriam mandar no BESA a partir de Lisboa.

Para o BdP e a Deloitte, a questão dos crimes de branqueamento de capitais está centrada na alegada ausência de mecanismos de controlo do BES a um grande número de movimentações financeiras do BESA. O relatório da auditoria da consultora é claro:

“Até 2013, o DCOMPL [Departamento de Compliance] do BES desconhecia o acompanhamento efectuado pelo DCOMPL do BESA (...), não sendo efectuada nenhuma acção concreta na área da detecção do crime de branqueamento de capitais”

Deloitte

Auditoria Especial WB2, de 12 de Março de 2015

Ainda neste âmbito, as duas instituições seleccionaram até um conjunto de alvos específicos e de operações superiores a 1 milhão de euros que incluíram entidades domiciliadas em paraísos fiscais mencionadas nos últimos anos em investigações da SÁBADO (e de outros órgãos de informação) como tendo ligações a responsáveis do BES e/ou BESA. São quase 90 transferências, verificadas nas contas do BESA junto do BES entre Janeiro de 2008 e Julho de 2014. No total, são 75,6 milhões de euros e 205,8 milhões de dólares (189,4 milhões de euros à taxa actual) destinados a 26 entidades, empresas ou pessoas.

Segundo o relatório de auditoria, os técnicos da Deloitte limitaram-se a identificar estas transferências com origem nas contas do BESA junto do BES, não tendo realizado qualquer outra análise sobre “a pertinência e razoabilidade” destes movimentos que lhes poderiam permitir perceber se foram cometidas ou não irregularidades. No entanto, segundo o que a SÁBADO apurou junto de fontes judiciais, estes dados poderão ser fundamentais para as investigações que decorrem no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) sobre o caso BES e outros processos que visam vários suspeitos angolanos e portugueses.



LUSA



## As guerras via email

O presidente do BESA, Álvaro Sobrinho, chegou a dizer que Lisboa desconhecia a realidade de Angola



Enviado:

**Carlos Calvário**

Director do Departamento de Risco Global (DRG) do BES (Com Conhecimento de **Ricardo Salgado**)

**19-05-2009 - 12h 02:** "Desconhece-se quem são as restantes entidades que compõem a carteira do BESA, uma vez que o montante do crédito reportado representa apenas cerca de 48% do valor total do crédito em balanço (...)"

"Na semana passada, a ESFG (P) detectou que nunca tinham sido reportados títulos do Governo angolano, no valor aproximado de 2 biliões de dólares, e informou-nos em *email* de 12 de Maio".

Resposta:

**Álvaro Sobrinho**

Presidente executivo do BESA (Com Conhecimento de **Ricardo Salgado**)

**19-05-2009 - 16h 43:** "Na consulta feita ao BNA [Banco Nacional de Angola], sobre a possibilidade de entrega de informação detalhada de todos os clientes pretendidos pelo DRG, o Banco Central foi categórico. A penalização poderá ir até à retirada da licença bancária".

"Eu estou há quase 20 anos no BES e sinto por vezes algum desconforto por alguma insensibilidade e falta de conhecimento de colegas meus em relação à realidade do mercado angolano (...)"

"(...) O BESA não tem sido informado sobre os compromissos assumidos pelo BES junto do BdP e que afectam o tipo de gestão que a Comissão Executiva do BESA tem seguido (...)"

Fonte: Emails retirados do Relatório de Auditoria Especial, Deloitte Consultores, SA, de 12 de Março de 2015; anexos da auditoria 86, 87, 91, 94, 98, 124, 187 e 189; Acusação do Processo de Contraordenação n.º 87/14/CO, Departamento de Averiguação e Acção Sancionatória do Banco de Portugal, de 9 de Outubro de 2015

F.R.

No rol destas transferências constam muitos milhões de euros enviados, por exemplo, para entidades em paraísos fiscais alegadamente controladas por Ricardo Salgado, Morais Pires, Álvaro Sobrinho e familiares. "A título exploratório, questionámos o DCOMPL [Compliance] sobre se foi solicitada informação ao BESA relativamente a operações de transferência de fundos do BESA para as entidades Savoices [ligada a Salgado], Best Yield [com sede nas Seicheles], Purland, Newbrook [alegadamente controlada por Sobrinho], Allanite [suspeita de ligações a Morais Pires] e Pineview [alegadamente ligada a Sobrinho e à famí-



MARTA POPPE

1 Ricardo Salgado disse no Parlamento que também ele foi enganado no BESA

2 Salgado afastou Sobrinho em 2012. Este já assegurou que não decidia sozinho a concessão de crédito

3 O governador do BdP, Carlos Costa, mandou a Deloitte auditar o BESA

lia]", enumera o relatório, que logo de seguida revela a resposta obtida do BES: "Não foi efectuada qualquer análise ou pedido de informação ao BESA", pois "a identificação destas entidades como potenciadoras de risco apenas ocorreu depois de conhecidos os factos públicos das investigações que estão na origem da presente auditoria". Mas há mais exemplos citados nos documentos a que tivemos acesso, como o de Helder Bataglia, ex-administrador do BESA, fundador da Escom e sócio do empreendimento de Vale de Lobo, que o MP quer constituir arguido na Operação Marquês por alegadamente corromper José Sócrates – Bataglia terá recebido 7,5 milhões de dólares (cerca de 5,3 milhões de euros naquela data) entre Agosto e Novembro de 2011 (ver infografia na pág. 42).

### O poder dos sócios angolanos

Nestes casos, mesmo que tivesse existido ou sido detectada qualquer irregularidade ou suspeita pelo BES, dificilmente isso levaria a uma alteração do padrão de comportamento verificado em outras situações. Paula Graça, do Compliance do BES, citou aos técnicos da

## 2011 A crise

do BESA surgiu publicamente como um rumor e o Banco de Angola desmentiu. Afinal, os problemas já eram sérios

A DELOITTE PERGUNTOU AO BES SE TINHA ANALISADO OS MILHÕES QUE FORAM PARA A OFFSHORE DE SALGADO



### Processo

Investigação do Banco de Portugal e auditoria da Deloitte têm milhares de páginas de documentos que já foram enviadas ao Ministério Público





Os responsáveis do BESA diziam que só respondiam a Álvaro Sobrinho e que tudo tinha de passar por ele



Enviado:

**António Lima**

Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do BES

**12-03-2010 - 16h 23:** "De acordo com o Balanço que apresentou, a actividade da Sala de Mercados tem activos financeiros que representam 39% do Activo e recursos de IFs que representam 58% do Passivo, pesos que justificarão a atenção da auditoria"

"No que respeita a investimentos em títulos (BTs e OTs) gostaríamos de esclarecer se a actividade envolve relações com clientes, nomeadamente operações de venda e recompra, situação que mais justificará a atenção da auditoria"

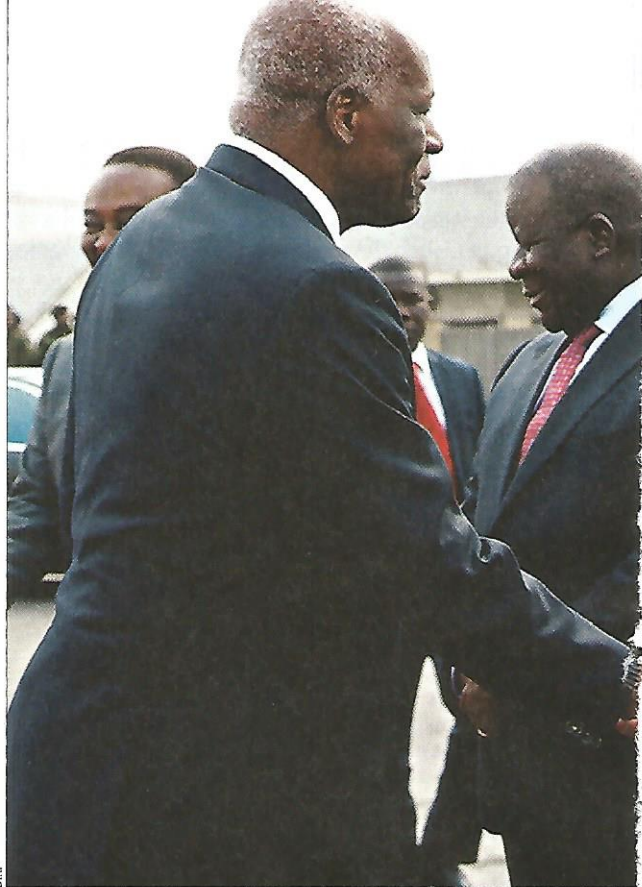
Resposta:

**Luis Farófia**

Director Coordenador da Direcção de Auditoria Interna (DAI) do BESA

**16-03-2010 - 8h 09:** "Relativamente ao vosso e-mail abaixo, gostaria de referir que o Plano de Auditoria do BESA está aprovado e foi elaborado em conformidade com as solicitações do Presidente da Comissão Executiva do Banco e ajustado aos maiores riscos que apurei face ao acompanhamento permanente que faço da actividade do Banco"

O Presidente angolano, Eduardo dos Santos, esteve sempre informado sobre o caso BESA - Kopelipa (à direita) era um dos sócios do banco



### Acusação

O caso BESA levou o Banco de Portugal a aplicar coimas de milhões de euros a 16 ex-administradores e quadros do BES



**5,7 mil milhões**

de euros foi a garantia soberana que Salgado conseguiu de Angola para o BESA. A operação falhou depois

**O BESA TINHA 11 CONTAS NO BES DE LISBOA E AINDA OUTRAS NA ÁFRICA DO SUL E NO DUBAI**

Deloitte o que terá sucedido quando, em 2011, o DCOMPL fez pedidos de esclarecimento à subsidiária de Angola devido a irregularidades no preenchimento de operações a débito de cinco transferências, com um total de 7 milhões de euros, a favor da Sporting SAD: "(...) A dra. Paula Gramaça (...) informou que (...) os pedidos de esclarecimento (...) não foram respondidos pelo BESA, sendo que as operações já tinham sido processadas aquando dos pedidos de esclarecimento." Em 2012, existiram outras seis transferências com o mesmo destino, totalizando 6,7 milhões de euros, mas a SÁBADO não apurou se foram estes movimentos que permitiram a entrada de Sobrinho como accionista de referência no Sporting.

O BESA actuava muitas vezes através do BES, mas tinha também contas em bancos como o espanhol Santander, o sul-africano Standard Bank e o ES Bankers do Dubai. No entanto, em Lisboa, segundo os testemunhos recolhidos pelo BdP, o acompanhamento da actividade da subsidiária angolana era uma dor de cabeça constante para os sectores de Compliance, Auditoria (DAI), Desenvolvimento Internacional (DDI), Financeiro de Mercados (DFME) e de Risco Global (DRG) do BES. A troca de emails a solicitar informações e esclarecimentos aos sectores congéneres angolanos esbarrava muitas vezes em respostas pouco claras, na negação de dados e até na pura ausência de comunicações que chegava a durar

meses. Numa das muitas mensagens electrónicas internas do grupo BES a que a SÁBADO teve acesso e que constam no processo de contra-ordenação do BdP (ver caixas), é dito que o último contacto com a DAI do BESA foi em Junho de 2013. Estava-se já em Abril de 2014.

Sobre estes atritos e obstáculos havia quem tivesse poucas dúvidas do que estaria em causa. O economista

A auditoria do BES tinha várias dúvidas, mas os responsáveis do BESA só explicavam o que queriam



Enviado:

**Ricardo Marques**

Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do BES

**14-09-2011 - 16:22** "Qual a notação da auditoria "Processo de digitalização de Assinaturas" e qual o n.º de deficiências identificadas e grau das mesmas?"

Resposta:

**Luis Farófia**

Director Coordenador da Direcção de Auditoria Interna (DAI) do BESA

**14-09-2011 - 16H 34:** "O nosso plano de actividade para o período de 12 meses com início em 1 de Junho de 2011 está revisto e aprovado pela Comissão Executiva do BESA. Nesse contexto, não tem que ter interpretações para além das que constam no documento que vos foi enviado, salvo eventuais e sempre possíveis esclarecimentos pontuais."





João Pereira, que já tinha uma carreira de mais de 20 anos na consultora Pricewaterhouse Coopers (PwC), começou por recordar na audição do BdP de 1 de Julho de 2015 que Ricardo Salgado o tinha convidado pessoalmente em 2003 para integrar os quadros do BES. O trabalho de Pereira foi criar e desenvolver o Departamento de Compliance do BES e da restante *holding* financeira sob a alçada directa de Salgado.

Entre as funções do novo departamento – que chegou a possuir 40 pessoas em finais de 2012 – estava a prevenção de branqueamento de capitais. Na inquirição, a testemunha destacou que o BESA sempre fora visto como um caso especial, pois tinha estruturas autónomas de *compliance*, de risco e financeira. E confirmou que em Lisboa não tinha acesso a informações locais de Angola – por exemplo, às aberturas de conta –, tal como também não tinha em relação às filiais de Macau e dos EUA.

Mas Angola era especial por outras razões, com o responsável a garantir que sempre teve a percepção de que haveria “determinadas zonas do BESA que se aproveitavam dessas imposições legais, agravando-as, para restringirem ainda mais as questões relacionadas com a transmissão de informação”. A justificação que deu ao BdP foi esta: porventura os dados não circulavam devido ao alegado “desconforto dos accionistas locais”. O BESA tinha como principais sócios minoritários duas sociedades – a Geni (desde 2004) e a Portmill (desde 2009) – controladas por figuras muito próximas de José Eduardo dos Santos: respectivamente, os generais Leopoldino “Dino” Nascimento e Manuel Vieira Dias “Kopelipa”.

“(…) Era frequente que as dificuldades de comunicação acabassem na secretária de Ricardo Salgado para que se procurasse superar a situação com uma intervenção ao mais alto nível”, salientou João Pereira. Uma outra res-

OS DEPARTAMENTOS DE CONTROLO DO BES ESTAVAM CONSTANTEMENTE EM GUERRA COM O BESA

**2**  
milhões  
de euros

é quanto o Banco de Portugal quer que Ricardo Salgado pague de coima por causa da gestão do BESA

Hélder Bataglia foi administrador do BESA e agora está sob suspeita na Operação Marquês que visa Sócrates



PEDRO CATARINO

O BES tinha grandes dificuldades em controlar as suspeitas de branqueamento com origem no BESA



Enviado:

**João Chora**

Departamento de Compliance, Detecção e Prevenção de Branqueamento de Capitais do BES

**30-09-2011 - 15h 27:** “Caros colegas, no seguimento da análise de operações pelo Departamento de Compliance, foi identificada uma tipologia de transacções de correspondência, envolvendo pagamentos internacionais com origem no vosso banco e para crédito de conta de clientes BES, nos quais o ordenador é o próprio BESA.”

“Acresce que não são adiantados outros elementos descritivos quanto ao motivo dos pagamentos em causa”.

**17-10-2011 - 14h 49:** “Caros colegas, não vemos que a mensagem (...) tenha merecido a vossa resposta (...)”

Resposta:

**Lúisa Maria Santana,  
Henrique Resina [BESA]; ESA Compliance;  
Presidente executivo do BESA [Álvaro  
Sobrinho]**

sem resposta

ponsável do *compliance* do BES, Marta Requeijo, chegou a dizer ao BdP que durante anos não teve conhecimento de documentos nos quais o BESA se recusasse a colaborar, mas reconheceu que “na prática, tal foi o que acabou por suceder”.

### Afinal o banco não era seguríssimo

Quando os técnicos da troika começaram em 2011 o programa de avaliação dos riscos das contas da banca portuguesa, o BESA também realizou os chamados testes de esforço e enviou os resultados para a sede do BES, em Lisboa. E o cenário dificilmente poderia ser melhor, conforme recordou no BdP, a 26 de Junho de 2015, o homem que dirigiu durante cerca de oito anos, entre Julho de 2004 e Julho de 2012, o Departamento de Risco Global (DRG) do BES. Carlos Calvário acrescentou que os resultados dos testes enviados de Angola garantiam até que a rentabilidade do BESA a cinco anos (2011/16) se manteria “ao nível de centenas de milhões de dólares anuais, mesmo em caso de um cenário de *stress*”. O BESA era, portanto, seguríssimo.

No auto de declarações a que a **SÁBADO** teve acesso, o antigo director coordenador afirmou ainda que o seu departamento – a quem cabia avaliar os riscos do mercado e dos créditos concedidos, a liquidez e as provisões e os reportes ao BdP – nunca tinha recebido “qualquer alerta” negativo do BESA. Mas tam-





FERNANDO FERREIRA

■ bém reconheceu que o DRG do BES “não articulava directamente” com o serviço congénere do BESA devido à legislação angolana que proibia a divulgação para fora do país dos dados sobre os créditos dos clientes da filial do BES. As relações do Departamento de Risco Global (DRG) de Lisboa eram feitas directamente com a administração do BESA, nomeadamente com Álvaro Sobrinho.

“O que era enviado todos os meses ao DRG era um quadro já tratado e este era simplesmente adicionado ao restante quadro global do Grupo BES”, esclareceu Carlos Calvário, especificando que chegou a receber também os nomes dos 20 maiores clientes do BESA e os respectivos montantes, mas sem qualquer referência à análise de risco dos créditos concedidos. Sobre estas identidades, por menorizou muito pouco:

**F**

*“Alguns dos nomes dos clientes do BESA eram reconhecíveis, mas a maioria era desconhecida”*

**Carlos Calvário**

Director do sector de Risco Global do BES

Esta informação geral foi parcialmente confirmada por Rui Fontes, outro dos elementos da DRG do BES também citado na auditoria da Deloitte. A partir de 2009, o BESA terá passado a enviar mensalmente ao BES um relatório com “os grandes riscos” da sua carteira de crédito. Mas os critérios de selecção dos clientes considerados de grande risco eram definidos no BESA e a DRG de Lisboa “não teria meios para validar a informação recebida”.

Um dos clientes mais conhecidos era o próprio Estado angolano que preocupava há vários anos alguns sectores do BES. Confrontado no BdP com o conteúdo de uma troca de *emails* com Álvaro Sobrinho, Carlos Calvário reconheceu que as relações nem sempre eram fáceis quando solicitava informação a Angola e que os problemas teriam começado logo em 2007/8 quando a DRG se apercebeu de que a primeira grande tranche de financiamento do BES ao BESA (mais de 300 milhões de dólares, via BES Londres) tinha sido para a aquisição da emissão de Obrigações do Tesouro angolano a 10 anos.

No total, a compra da dívida pública de Angola por Álvaro Sobrinho terá ascendido a entre 1,5 e 1,8 mil milhões de dólares, consoante é referido, respectivamente, na auditoria da Deloitte ou no auto de declarações de Isabel Almeida ao BdP a que a **SÁBADO** também teve acesso. Inquirida durante quatro horas, a 15 de Julho do ano passado, a antiga directora coordenadora do DFME (uma espécie de tesouraria central do grupo BES) disse que o

**A**

Mais de 13 milhões de euros entraram na Sporting SAD, dirigida por Bruno de Carvalho (à direita) via BESA



**525 milhões**

de dólares foram levantados em numerário do BESA, conforme é citado na acta do banco de Outubro de 2013.

**UM DOS MELHORES CLIENTES ERA O ESTADO ANGOLANO. NO BES ISSO ERA UMA PREOCUPAÇÃO**

Os pedidos de Lisboa a Luanda demoravam meses a ser respondidos. E nem sempre havia respostas.



Enviado:

**António Lima**

Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do BES

**26-07-2012 - 11h 12:** “O facto de não estarmos a receber [as auditorias internas do BESA] prende-se com a pendência de aprovação do plano por parte do Dr. Sobrinho, ou há outra razão?”

Resposta:

**Luís Farófia**

Director Coordenador da Direcção de Auditoria Interna (DAI) do BESA

**26/07/2012 - 11h 59:** “Não há outra razão, ainda não tive oportunidade de falar neste tema com o Dr. Álvaro e as directrizes que tenho é que todo o tipo de reporte tem que ser previamente aprovado por ele.”

Resposta:

**António Lima**

Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do BES

**29-08-2012 - 15:01:** “(...) recordo que está ainda pendente a informação relativa ao planeamento em curso no BESA; agradecia o seu envio. Caso haja já actividades concluídas, agradeço também o envio da respectiva informação”.

Resposta:

**Luís Farófia**

Director Coordenador da Direcção de Auditoria Interna (DAI) do BESA

**29-08-2012 - 15:35:** “Ainda não tenho desenvolvimentos sobre estas matérias. Continuo no escritório de Lisboa à espera do meu visto cujo processo, por causa das eleições em Angola, está atrasado”.

Resposta:

**António Lima**

Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do BES

**14-02-2013 - 17:24:** “Entretanto, temos estado sem receber informação sobre a vossa actividade, nem o plano de 2012/13, nem os resultados das auditorias realizadas (...)”

Resposta:

**Luís Farófia**

Director Coordenador da Direcção de Auditoria Interna (DAI) do BESA

**20-02-2013 - 15h 31:** “(...) apenas na próxima semana estarei em condições de vos enviar os planeamentos.”

(Em Maio de 2013, Luís Farófia deixou o cargo de DAI no BESA)